

Cornucópia ou Estado mínimo

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

As dificuldades enfrentadas pelo governo na tramitação das reformas estruturais refletem a força dos interesses que respaldam o modelo da cornucópia no Brasil. Modelo baseado na contumaz ordenha do Estado por certos setores em condições preferenciais em relação a outros. Essas dificuldades refletem, também, as limitações do debate que precedeu, ou deveria ter precedido, o encaminhamento dessas reformas.

A tradição do modelo da cornucópia está firmemente arraigada na história brasileira. Desde tempos imemoriais, o assalto à viúva, e indiretamente aos contribuintes, teve papel crucial, embora com grande variação de instrumentos. Extinto o dinamismo do modelo de substituição de importações sobrou-nos, exacerbada, a tradição inflacionária, retrato da dificuldade sistemática de escolha entre objetivos conflitantes. A inflação, pelo menos moderada, era véu necessário para tomar menos explícitas as consequências redistributivas do modelo da cornucópia. Com as crises da dívida e do Estado, e sustentada pela indexação, tomou-se explosiva.

A estabilização monetária tomou-se o grande leitor da coalizão governamental, num quadro em que a oposição se fiou no diagnóstico equivocado dos seus principais economistas, que vaticinavam o fracasso do programa. A vitória contundente de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno contribuiu, também, para abortar o debate de substância com relação às reformas estruturais. Mesmo na coalizão governamental, entretanto, não havia necessariamente consciência de que as reformas, além da lógica associada à equidade, constituíam requisito necessário ao sucesso da estabilização, em vista do estado das contas públicas, e requereriam enorme mobilização política.

Mas o quadro que se constata com relação à definição da ação do Estado revela as dificuldades de aceitação do caráter essencial das reformas no quadro da estabilização. O que se vê são tímidas propostas de reforma originárias do Executivo. Ouve-se, com frequência, que é necessário “jogo de cintura”. No jargão brasileiro isso quer dizer é necessário levar em conta argumentos de viabilidade política na proposição de reformas. O argumento é inaceitável. Ao Executivo deveria caber a elaboração de propostas técnicas nas quais fossem avaliados benefícios e custos de amplo leque de alternativas, mesmo daquelas caracterizadas pela orfandade política. Aos políticos da coalizão governamental cabe a negociação para viabilizar a obtenção dos resultados nos quais está interessado o governo.

A situação não é melhor quando se trata de políticas que independem de reformulação legal. O sucesso do programa de estabilização parece haver despertado o saudosismo quanto às políticas da cornucópia. Gradativamente trata-se de remontar a economia de distribuição de favores cujo desmantelamento parecia ser um dos pilares do programa de governo da social-democracia. Exemplos acumulam-se: regime (sic) automotivo, proteção têxtil, de calçados, vantagens à indústria naval, créditos seletivos a setores de atividade, Estados e municípios, aumentos tarifários justificados por defesa comercial. Quem chorar, mesmo que manso, leva.

Argumentos de que essas políticas não são as mais desejáveis, pois em última instância comprometem as reformas essenciais ao sucesso no longo prazo do programa de estabilização, são respondidos com afirmações dogmáticas de que o Brasil não pode prescindir de uma política industrial, ou de que os críticos defendem o Estado mínimo. Isto é, dedicado apenas às tarefas não privatizáveis, tais como relações externas, polícia e regulação.

Esses argumentos são equivocados. Sua estridência faz lembrar as notas de conhecido embaixador latino-americano nas Nações Unidas; que caíram em mãos da oposição. Podia ler-se à margem do discurso: “falar alto e colocar muita ênfase, pois argumento é fraco”. O Estado brasileiro, melhor equipado do que hoje, cometeu erros graves em política industrial nos anos 70 e 80, ao selecionar setores de interesse estratégico. Será que depois de anos de crise o Estado estará em condições de melhorar a pontaria e escolher com competência dos setores que mereceriam os seus favores? O experimento parece caro diante dos usos alternativos de recursos públicos e ao descontrole de gastos.

O caminho intermediário evitaria o Estado mínimo e o canto de sereia da volta do modelo da cornucópia. Trataria de aprimorar as ações essenciais do Estado, fazendo bem feito o que hoje faz mal feito. Enfatizaria a descentralização, construiria o aparato regulador necessário ao controle dos oligopólios e de monopólios naturais privatizados e concentraria gastos no terreno social. Esse é o Estado brasileiro que a social-democracia deveria defender, evitando os erros do passado, e buscando compensar com a ação do Estado a desigualdade na distribuição oportunidades.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.